

A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em *A Amazônia e a cobiça internacional* - anos de 1960

Arthur Reis's nationalist heroic narrative as a representative of the defense of the Amazon by the Portuguese and Luso-Brazilians in *A Amazônia e a Cobiça Internacional* (1960s)

Alexandre Pacheco

nelsonfonseca4@hotmail.com

Professor Adjunto IV

Universidade Federal de Rondônia

Rua Vaticano, 4285 - Igarapé

76824-372 - Porto Velho - RO

Brasil

Resumo

Neste texto analisaremos como a narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis em *A Amazônia e a cobiça internacional* se transformou em denúncia e ao mesmo tempo julgamento sobre o passado de cobiça dos povos estrangeiros em relação à Amazônia. Arthur Reis sistematicamente se posicionou a favor dos portugueses e dos luso-brasileiros em suas lutas para defesa da região, considerando-os como verdadeiros heróis. Neste sentido, os fatos relacionados a essas ações seriam apreendidos a partir da observação deles como dados para uma investigação histórica objetiva, que verificados e comprovados revelariam ensinamentos patrióticos para a Nação brasileira, sobretudo em relação à manutenção de nossa soberania sobre a Amazônia em meio aos anos de 1960.

Palavras-chave

Narrativa historiográfica; América portuguesa; Nacionalismo.

Abstract

This study analyzes Arthur Reis's *A Amazonia e a Cobiça Internacional* ("The Amazon and International Greed") as a heroic-nationalist narrative. We argue that the work has become a denunciation and at the same time a judgment about the greedy past of foreign peoples in relation to the Amazon. Arthur Reis consistently spoke in favor of the Portuguese and Luso Brazilians in their struggles to defend the region, considering them as true heroes. In this sense, the facts related to these actions are analyzed as relevant data for an objective historical research. Such data, after verified and proven, would reveal patriotic teachings to the Brazilian nation, especially in relation to the maintenance of our sovereignty over the Amazon in the mid-1960s.

Keywords

Historiographical narrative; Portuguese America; Nationalism.

Recebido em: 20/11/2011

Aprovado em: 11/10/2012

O processo de modernização capitalista na Amazônia se deu a partir de vários avanços e retrocessos que puderam ser verificados, sobretudo no transcurso da inserção nacional e internacional da economia da borracha nos séculos XIX e XX. Problemas relativos a uma dependência dos investimentos estrangeiros e de mercados externos, se, por um lado, foram fatores responsáveis pela decadência econômica da região, outros fatores como a resistência das elites locais promoveram a produção da borracha em “bases mais capitalistas” e a inação do Estado em intervir nesse processo de modernização, não devem ser menos considerados (WEINSTEIN 1993, p. 15-18).

Na última metade do século XX, porém, após um período de recomposição da economia da borracha nos anos 1940, em que novamente as elites locais não se prepararam para enfrentar as fragilidades de uma economia de exportação frente ao mercado internacional, a decadência novamente se fez presente. A partir dos anos 1950 e, sobretudo a partir dos anos 1960, o Estado brasileiro percebendo as dificuldades históricas dessa região em se integrar em bases mais sólidas ao restante da economia nacional, lançou mão de uma série de instrumentos estatais de intervenção. Dentre eles podemos destacar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA),¹ a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (IANNI 1979, p. 55-62).

Dessa forma, ao contrário da economia extrativista que se desenvolveu na região e que permitiu espasmos de desenvolvimento econômico, a intervenção do Estado brasileiro a partir das décadas de 1950 e 1960 fez com que o capitalismo avançasse de forma menos ininterrupta na região. Concomitantemente a esse movimento de intervenção do Estado brasileiro, os anseios das elites locais em torno de um processo de redenção da economia regional puderam ser verificados, por exemplo, através de projetos como o da criação no Amazonas, nos anos 1950, de um porto franco em Manaus. Projeto que sofreu várias alterações até se transformar, em 1957, na Zona Franca de Manaus. Zona Franca que só se efetivou a partir de 1967 (SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 101).

Nesse contexto de expectativas, entretanto, surgiram figuras como Arthur César Ferreira Reis² e Leandro Tocantins, intelectuais que influenciaram os destinos da Amazônia ao se tornarem homens públicos à frente de órgãos como a SPVEA³ e o governo do Estado do Amazonas, nos anos 1950 e 1960. A partir de seus estudos lançaram as bases dos problemas históricos que sempre impediram a integração da Amazônia às regiões mais desenvolvidas do país

¹ Órgão federal que se pautou por ações nacionalistas até o ano de 1966. Ações que estiveram voltadas não só para a integração econômica da região, através de um aproveitamento maior de seus recursos naturais, sobretudo através de uma associação entre o capital estatal e o capital privado nacional, mas também através da valorização dos aspectos de suas particularidades sociais e até culturais (CARDOSO; MÜLLER 1978, p. 109-115).

² Arthur César Ferreira Reis, segundo Gaitano Antonaccio, nasceu em Manaus a 8 de janeiro de 1906. cursou Direito em Belém e no Rio de Janeiro nos anos 1920. No final dessa década, retornou para Manaus e tornou-se redator do periódico dirigido por seu pai Vicente Torres da Silva Reis: o *Jornal do Comércio*. Arthur César Ferreira Reis foi também o primeiro presidente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, nomeado por Getúlio Vargas. Tornou-se a seguir, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). De perfil político extremamente conservador, foi em 27 de junho de 1964, nomeado pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, governador do Estado do Amazonas. Arthur César Ferreira Reis faleceu em 1993 na cidade do Rio de Janeiro.

³ Nos anos 1950, Arthur Reis foi o primeiro presidente do órgão.

e do mundo, representando pelo menos parte dos anseios e interesses das elites esclarecidas do Amazonas e da Amazônia que desejavam solucionar as fragilidades herdadas do passado colonial extrativista. Sendo que obras como *A Amazônia e a cobiça internacional* (1960), *Como governei o Amazonas* (1967), *A Amazônia e a integridade do Brasil* (1967), de Arthur César Reis, e *Amazônia: natureza, homem e tempo* (1960), de Leandro Tocantins, tornaram-se livros emblemáticos de tais anseios.⁴

A Amazônia e a cobiça internacional, por exemplo, desvela a preocupação do autor com a problemática que envolve o subdesenvolvimento da Amazônia em relação ao restante do país e suas possíveis consequências no tocante à manutenção da soberania do Estado brasileiro sobre o imenso território amazônico. Ressalte-se que essa manutenção sempre teve de enfrentar a cobiça internacional sobre a região e o capítulo "Mundo tropical e empório de matérias primas", assim como outros, destaca essa problemática. Isso fica evidente, sobretudo quando o autor aponta os fatores que entendeu serem os mais responsáveis pelo subdesenvolvimento enfrentado pela Amazônia no presente: as dificuldades históricas encontradas pelos colonizadores para exploração das riquezas naturais do imenso território amazônico e a falta de uma intervenção efetiva – através de projetos de desenvolvimento – por parte do Estado brasileiro na região. É de se evidenciar que o autor – a despeito das políticas intervencionistas da SPVEA – lançou em *A Amazônia e a cobiça internacional*⁵ uma série de dúvidas sobre a manutenção da soberania brasileira sobre a Amazônia, ao afirmar que ela continuava a ser uma "reserva a ser explorada no futuro". Futuro no qual estariam os grandes perigos sobre ela (REIS 1982, p. 21).

Diante deste quadro pessimista em relação aos destinos da região, vejamos nas páginas de *A Amazônia e a cobiça internacional*⁶ como o autor opera uma mudança de perspectiva a ponto de tentar encontrar no passado, sobretudo nos capítulos relativos ao período colonial, certas lições para o presente incerto da Amazônia a partir da defesa e integração dela pelas mãos dos portugueses e luso-brasileiros.

Vamos a ela.

⁴ Após Arthur Reis ter estado à frente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – órgão que foi produto de um contexto em que se pretendia tratar os problemas da região a partir de uma unidade denominada Amazônia Legal – e do Instituto de Pesquisas da Amazônia, publicou em 1960 o livro *A Amazônia e a cobiça internacional*.

⁵ Optamos por utilizar a quinta edição da obra *A Amazônia e a cobiça internacional* publicada em 1982 pela Editora Civilização Brasileira/SUFRAMA por reunir todos os prefácios das edições anteriores, que não só reafirmam o nacionalismo acendrado do autor sobre a problemática em tela, mas também nos ajudam a perceber o percurso da obra sobre o que o autor entendeu ser a crescente "consciência brasileira" sobre a Amazônia, sobretudo entre os anos 1960 e os anos 1980. Nesta edição o autor optou por acrescentar alguns tópicos no que se convencionou como o último capítulo das obras anteriores e que se intitula "A pressão dos interesses universais". Acrescentou também algumas notas de rodapé nos capítulos relativos à Amazônia pós-colonial e mais um capítulo no final do livro intitulado "O pacto amazônico".

⁶ A primeira publicação da obra *A Amazônia e a cobiça internacional* foi realizada no ano de 1960 pela Companhia Editora Nacional. As publicações seguintes foram: segunda edição: Editora Edinova, 1965; terceira edição: Editora Record, 1968; quarta edição: Companhia Editora Americana, 1973; quinta edição: Editora Civilização Brasileira/SUFRAMA, 1982. O crítico literário Silvano Santiago considera *A Amazônia e a cobiça internacional* como estando entre as dez principais obras que a partir dos anos 1960 analisaram a experiência brasileira, não só em termos do entendimento de seu processo histórico, mas também em relação à compreensão da "[...] alma de seus viventes" (SANTIAGO 2011).

A defesa e a conquista da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros como exemplo de esforço de integração da Amazônia para os contemporâneos de Arthur Reis

Nos capítulos iniciais de *A Amazônia e a cobiça internacional* há uma clara intenção por parte de Arthur Reis em utilizar os relatos de viagens como elemento propulsor da cobiça pela Amazônia desde o século XVI. Essa intenção fica evidente no capítulo "Ingleses, irlandeses e holandeses tentam a primeira surtida", em que Arthur Reis afirma que os relatos literários surgidos com a expedição de Pedro de Ursua em sua trajetória de penetração da Amazônia através do Peru, serviram menos à ação efetiva de conquista dos espanhóis e mais aos propósitos de invasão dos ingleses e holandeses sobre a região. Povos que "[...] dirigiram suas visitas, inicialmente, para as Antilhas [...] assentando os primeiros golpes no poderio espanhol e demonstrando-lhe que a concorrência a que se atiravam não se reduzia a uma operação militar" (REIS 1982, p. 24).

Diante do exposto, cabe questionar sobre quem foram, no plano narrativo de Arthur Reis, os heróis que apareceram para libertar a Amazônia. Considere-se que os espanhóis além de não terem tido cuidado com a divulgação das notícias sobre a região, também não a defenderam da presença de ingleses e holandeses. Estes, vindos das Antilhas, instalaram-se, a partir do final do século XVI e inícios do século XVII, nas costas venezuelanas e das guianas, entre os rios Orenoco e Oiapoque e, logo em seguida, penetraram o Amazonas (REIS 1982, p. 24-25).

A resposta incide sobre os portugueses e os luso-brasileiros que, mesmo a serviço da Espanha, defenderam o território com esforço e coragem decisivos para destruir, ao longo dos anos de 1616 a 1648, todas as tentativas de penetração e conquista que ingleses e holandeses pretenderam realizar na Amazônia. Isso a despeito do fato de que em pleno território amazônico estavam a levar desvantagem diante das posições estratégicas dos britânicos no Cabo do Norte e dos batavos em Gurupa, Xingu e Macapá, inclusive com a simpatia e ajuda dos indígenas destas regiões. Constituindo-se tal façanha como o "[...] primeiro esforço para evitar que a cobiça internacional se fosse cevando a região" (REIS 1982, p. 28-29).

Na sequência de sua narrativa, Arthur Reis expressará uma visão sobre os feitos dos colonizadores na defesa e conquista da Amazônia. Irá considerá-los como feitos de povos que não teriam agido apenas por impulso e de forma provisória, ao sabor do contato com as mais adversas situações impostas por uma natureza indomável, pelo elemento indígena e pelos estrangeiros. Para Arthur Reis, se muitas ações dos colonizadores teriam sido meras respostas imediatas a um ambiente hostil, outras ações seriam fruto de "um estado de espírito consciente", de "decisões coletivas", programas, enfim, previamente estabelecidos para a efetiva conquista da região (REIS 2001, p. 12). Representação que muito refletiu a ideia de que o espírito português teria se submetido aos ditames de condutas e deveres impostos pela missão superior de conquista, que o autor entendeu ter sido relegada pelo próprio devir histórico. Posição confirmada, inclusive, em sua obra *A Amazônia e a integridade do Brasil*, em que afirmou que Francisco I da França "[...] não pudera ver o testamento de Adão para

aceitar a tese de que o Novo Mundo, realmente, devia ser uma realização ou façanha ibérica” (REIS 2001, p. 9).

Não sendo outra coisa o que vemos no capítulo “Os portugueses não cederam ao meio nem aos concorrentes” de *A Amazônia e a cobiça internacional*, em passagem que o autor descreve como o avanço para o norte, oeste e sul da Amazônia, ao longo do século XVII, foi realizado por religiosos, soldados, autoridades civis e sertanistas a partir de ordens expressas da Coroa Portuguesa. Ordens que sempre tiveram o objetivo de alargamento das fronteiras do Império português em direção ao Oiapoque, pelo mar, e em direção ao *Marañon*, através da subida da calha central do Amazonas e Solimões (REIS 1982, p. 46). Arthur Reis não teve dúvida em afirmar que os autores dessas façanhas agiram estritamente “[...] em obediência a instruções emanadas da alta administração portuguesa” (REIS 1982, p. 46, grifos nossos).

Mas a conduta que expressa a objetividade maior da conquista diante das intempéries do meio, do elemento indígena e dos concorrentes, expressa também o dever de defesa daquilo que foi conquistado, através da realização de um verdadeiro inventário sobre as riquezas naturais da Amazônia. Inclusive a partir das preocupações acerca do valor científico que tais riquezas poderiam possuir. Fato que podemos notar no capítulo “Expedições científicas escondiam propósitos” (REIS 1982, p. 79).

Os portugueses, nesse sentido, não teriam fechado o território apenas para explorar as riquezas de forma aleatória, improvisada, sem preocupações que denotassem interesses menos materiais. Ao contrário e no intuito de demonstrar Portugal como exemplo para os propósitos de intervenção do Estado em sua contemporaneidade, Arthur Reis procurou valorizar os inquéritos sobre as riquezas naturais realizados pelo que chamou de “pessoal de alta qualificação científica”. Isso, como forma de afirmar que Portugal não esteve alheio a outros inquéritos semelhantes que foram realizados no restante da América (REIS 1982, p. 79).⁷

Como essa análise do historiador sobre o passado, entretanto, poderia expressar algum tipo de lição, já que de acordo com Lademe Correia de Souza, em dissertação de mestrado intitulada *Arthur Reis e a história do Amazonas*: um começo em grande estilo, nosso autor sempre procurou realizar uma leitura dos documentos com o intuito de trazer ao presente às virtudes que o passado pudesse reverter ao “espírito dos homens” (SOUZA 2009, p. 73). Entre as lições passíveis de serem verificadas a partir de relatos posteriores como o realizado no prefácio à sua obra *A Amazônia e a integridade do Brasil*, em 1966, destaca-se a que demonstrou como a façanha portuguesa e luso-brasileira teria muito a ensinar sobre a efetiva integração não só territorial como também cultural da Amazônia. Contribuição que refletiu a mesma manifestação engendrada pelos portugueses e luso-brasileiros em termos dos “[...] vínculos de sangue, dos sentimentos

⁷ Entre os trabalhos ditos científicos que foram realizados durante o período colonial, de acordo com Arthur Reis (2001, p. 217), podemos destacar a *História dos animais e plantas do Maranhão*, do padre franciscano Cristovão de Lisboa; a *História natural do Grão-Pará*, escrita por Antônio José Landi; a *Zoologia paraense e a Flora paraense maranhense*, de Antônio Correa Lacerda; como também as memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira.

sempre objetivando a uma mais intensa solidariedade de tipos, de classes, de ordem social [...]” que concorreram para a unidade que se consubstanciou como plural em termos de aspectos físicos e produção diversificada no restante do Brasil (REIS 2001, p. 13).

Isso, sobretudo se percebermos como anteriormente, nos anos 1950, o autor entendeu ter sido essa contribuição fundamental para a conquista da Amazônia em menos de oitenta anos, no transcurso do século XVII. Conquista que em termos de base física só seria alterada com a anexação do Acre. Façanha que se “[...] processara como um empreendimento do Estado, como conquista espiritual e aventura econômica” (REIS 2001, p. 21).⁸ Empreendimento de Estado que incutiu não só no colonizador, como também nos brasileiros que procuraram defender a Amazônia, uma verdadeira consciência de soberania e nacionalidade. Pois o que Arthur Reis chamou de política de dilatação do território realizado pelo Estado português como uma constante, que para ele refletiu um “estado de espírito”, “uma decisão coletiva”, verificados, por exemplo, na criação de Estados como o do Maranhão e Grão-Pará, não se restringiria a “[...] um pensamento e ações regionais [...]” (REIS 2001, p. 12).

Mas Arthur Reis fez a seguinte ressalva: as políticas do governo federal visando à unidade territorial da Amazônia Legal, mais que do que se inspirar nos atos de coragem dos colonizadores, deveriam intervir na elaboração efetiva de planos que realmente consubstanciassem a ocupação da região. Afirmando, inclusive, que tais políticas deveriam aprofundar a pesquisa sobre as riquezas da região a partir de bases científicas que realmente a inventariassem. Considerando-se tal quadro, é pertinente vislumbrar os caminhos percorridos pela escrita de *A Amazônia e a cobiça internacional*, para que outras lições provindas do “passado glorioso” dos colonizadores sejam evidenciadas.

99

As intervenções do Estado português na Amazônia como projeção do espírito nacionalista-modernizador de Arthur Reis

Na sequência de nossa análise sobre o capítulo intitulado “Portugal não cedeu ao meio nem aos concorrentes”, vê-se novamente Arthur Reis retratar os feitos dos portugueses na contenção de outras investidas dos ingleses, holandeses e franceses sobre o vale amazônico. Isso, a partir de ideia de que o sucesso deles na contenção dos estrangeiros não só ocorreu devido à simbiose que souberam estabelecer com a natureza e com o elemento humano presente nela, como também teve profundas ligações com o fato de terem tido uma espécie de “programa” para a efetiva conquista da Amazônia (REIS 1982, p. 44-48).

De acordo com Arthur Reis, a paisagem amazônica causou surpresa e encantamento aos portugueses que se defrontaram pela primeira vez, em 1616, com a grandiosidade de seus imensos rios, flora exuberante e fauna diversificada (REIS 1982, p. 44-45). Assim, o “estado de alma” surgido teria despertado

⁸ Afirmações feitas em palestra realizada à época em que foi diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, nos anos 1950. Palestra que foi publicada com o título “Amazônia: conceito, sua evolução histórica” no livro *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Obra que teve sua primeira edição publicada em 1966 em Manaus.

neles uma consciência política pragmática para a posse e defesa de todo o novo território praticamente desprotegido. Para sustentar essa tese, Arthur Reis afirma que o exame de parte da vasta documentação sobre o descobrimento e a ocupação da Amazônia seria suficiente (REIS 1982, p. 45).

Investiu, assim como já havia investido em outras obras, de acordo com Lademe Correia de Souza (2009, p. 39), o “documento de autoridade”, para poder comprovar “[...] que esse estado de consciência cedo se apoderou dos portugueses que vieram fazer a Amazônia” (REIS 1982, p. 45). E para isso citou seus livros *Limites e demarcações na Amazônia brasileira* e *O processo histórico da economia amazonense* como forma de remeter às fontes que se relacionariam com suas afirmações, permitindo ao autor demonstrar que essa consciência política poderia ser notada a partir da forma como

[...] Colonos e autoridades locais, como metropolitanas, não demoraram em compreender a extensão da terra nova, sua importância como área ocupável e a necessidade de exercer-se, sem delongas e com muita objetividade, uma política visando ampliar incessantemente a conquista e extrair da Colônia quanto pudesse fornecer para o desenvolvimento da Nação. Nesse particular, ao exame mais rápido e mais simples que se faça, fica-se prontamente na certeza de que esse entendimento ocorreu logo (REIS 1982, p. 45, grifo nosso).

100

Por outro lado, o que esteve implícito nessa forma de julgar, com firmeza de opinião, o estado de consciência dos portugueses deve ser questionado. Vale lembrar que desde sua obra inaugural, *História do Amazonas*, Arthur Reis, de acordo com Lademe Correia de Souza, sempre procurou pautar suas argumentações e deduções a partir de provas documentais que, segundo ele, deveriam deixar pouca margem a questionamentos, a fim de que se pudesse alcançar certa objetividade na narrativa (SOUZA 2009, p. 39).

A partir dessa perspectiva da “autoridade” do documento histórico, vislumbra-se como Arthur Reis impôs objetivamente as realizações dos portugueses na Amazônia como feitos de uma nação que deveria ser considerada precursora da nação brasileira. Tal fato é perceptível quando o autor escreve a palavra Nação, com a letra ‘n’ em maiúsculo, para designar com mais ênfase Portugal e seu espírito de defesa e bravura, exemplo a ser seguido pelos brasileiros. Essa ideia de que a nação brasileira deveria se reconhecer como continuadora da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa, entretanto, deve ser entendida dentro do contexto em que Arthur Reis sofreu influências das práticas historiográficas do IHGB (SOUZA 2009, p. 26).

Ressalte-se que a perspectiva sobre a qual não deveria haver descontinuidade entre a metrópole e o novo país, que surgiu após o processo de independência para a construção de um perfil da nação brasileira (SOUZA 2009, p. 26), está presente também no autor de *A Amazônia e a cobiça internacional*, quando da instituição de raça e meio como pontos determinantes de suas análises. Perspectiva, ainda de acordo com Lademe Correia de Souza, que o aproximou mais de Varnhagen do que de Capistrano de Abreu, historiador que passou a adotar novos preceitos na tentativa de ultrapassar o determinismo evolucionista

muito presente nas análises historiográficas do período (SOUZA 2009, p. 31).

Atente-se que Arthur Reis procurou relativizar a política intervencionista dos estados modernos, a empresa portuguesa na Amazônia. De forma que lançou a seguinte pergunta: os portugueses haviam realmente tido um plano para domínio dos territórios internos do Brasil ou suas ações seriam fruto do imediatismo de iniciativas aleatórias ou mesmo individuais diante da impossibilidade do financiamento efetivo de tamanha empresa nos trópicos? Ou como o próprio autor também sugeriu: “[...] a criação da base territorial [...] seria uma resultante de planejamento, de propósito firme ou teria sido apenas o exercício do impulso, do espírito bandeirante dos mamelucos de São Paulo, do Nordeste e da Amazônia? [...]” (REIS 1982, p. 46).

É possível que o planejamento, como o entendemos hoje, para enfrentar a solução de graves problemas do Estado ou mesmo das cousas privadas, não seria cogitação a marcar aqueles períodos distantes da história. O que se pode e deve aceitar como existente é o propósito firme da formação do império lusitano na Sul-América, tendo por fundo do quadro a base territorial, realizada por incentivo do Estado ou por ele aplaudida, criação de uma humanidade em função dos rigores do meio, a defesa intransigente do espaço, alargado sem desfalecimentos [...] (REIS 1982, p. 46).⁹

Dessa forma, podemos observar que essa representação sobre os colonizadores seria a prova de que Arthur Reis pretendeu demonstrar para seus contemporâneos que certas ações de intervenção na Amazônia não poderiam prescindir do olhar sobre a capacidade exploratória e organizativa que o espírito português havia tido. Pretensão que pôde ser confirmada a partir de relato de nosso *scholar*¹⁰ à época em que foi presidente da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. Nessa ocasião, afirmou que a condução de uma série programas visando à instauração de trabalhos materiais para modernização da região, só poderia obter êxito na medida em que muito do que se imaginava sobre a realística de seu território fosse confirmada (REIS 2001, p. 226). De modo que para que se passasse à formulação dessa política de intervenção a ser executada, de acordo ainda com o autor nos anos 1950, deveria se vencer obstáculos que desde o passado recente interferiam no ritmo de implantação de um efetivo processo civilizatório na região. Dentre eles, ressaltam-se os problemas com a alimentação, com a produção das matérias-primas e sua industrialização, transportes, distribuição do capital, saúde, nível cultural (REIS 2001, p. 226).¹¹

101

⁹ Essa visão sobre a “criação de uma humanidade” nos trópicos se deu a partir de uma perspectiva não dialética, já que o elemento indígena só foi valorizado pelo autor nos casos em que esteve a serviço da obra civilizadora da colonização. Gilberto Freyre (2006, p. 162-163) ao relatar em *Casa-grande e senzala* que a população de portugueses que veio para o Brasil no início da colonização não seria suficiente para a realização da conquista de nosso território, construiu uma visão diferenciada da relação do português com o indígena. Ao contrário de uma missão superior que os lusos conseguiriam impor sobre os gentios, para Freyre o que estava por trás do sucesso da empresa colonizadora portuguesa era o pragmatismo que o elemento luso demonstrou em seu processo de miscigenação com o indígena, como resposta à necessidade de enfrentamento tanto do clima quanto da natureza nos trópicos.

¹⁰ De acordo com artigo do Correio Brasiliense de 18 de novembro de 1983, Arthur Reis através de seu saber intelectual teria garantido “[...] a iniciativa de grandes trabalhos materiais pela Amazônia, desde a Sudam ao Governo do Amazonas. Também raros os *scholars* com esta felicidade” (A HILEIA 1983).

¹¹ Afirmações feitas em palestra realizada à época em que o autor estava iniciando os trabalhos de intervenção

Por outro lado, a partir dessa ênfase dada à capacidade organizativa dos colonizadores, é curioso notar como o autor procurou atenuar os feitos dos paulistas na empresa do alargamento do território no que seria a porção amazônica, quando fez a pergunta que acima expusemos: “[...] a criação da base territorial, [...] seria uma resultante de planejamento, de propósito firme ou teria sido apenas o exercício do impulso, do espírito bandeirante dos mamelucos de São Paulo, do Nordeste e da Amazônia? [...]” (REIS 1982, p. 45-46). Atenuação que parece corroborar a tese acerca do propósito consciente dos lusitanos com relação à Amazônia, já que a empresa dos paulistas, apesar de importante, teria possuído conotação aleatória. Destarte, a própria expressão “mamelucos de São Paulo” teve o efeito, por um lado, de diminuir a importância que a empresa de homens mestiços teve para a ocupação da Amazônia, e, por outro, valorizar os portugueses como os legítimos portadores de uma missão civilizatória superior e capaz de estabelecer simbiose com o meio e com o elemento humano presente nele.

José Honório Rodrigues nos fornece um interessante contraponto a essa visão de Arthur Reis sobre os bandeirantes. Longe de desvalorizá-los, afirma em seu livro *História da história do Brasil* que embora as bandeiras não tenham possuído objetivos políticos explícitos de alargamento do território (em verdade, se concentraram na caça a homens fosse onde estivessem), esse movimento proporcionou o surgimento de uma cadeia “[...] indissolúvel, porque reconheciam a terra, e caçavam índio, [indispensáveis] como mão de obra, [...] ou procuravam o ouro e os diamantes, sedução que sempre os impulsionou, desde as primeiras horas” (RODRIGUES 1979, p. 113). E neste sentido José Honório Rodrigues acentua sua perspectiva histórica diferenciada dos bandeirantes ao demonstrá-los como portadores de um sentido histórico universal, já que a expansão territorial e o ouro intervíram de forma profunda tanto na evolução da América do Sul como da Grã-Bretanha (RODRIGUES 1979, p. 114).

Carlos Guilherme Mota (1988, p. 109) em sua análise da crítica que José Honório Rodrigues realizou do conservadorismo historiográfico brasileiro, em *História da história do Brasil*, fez com que entendêssemos como o conservadorismo de Arthur Reis, em parte herdado do IHGB e de Varnhagen, esteve intimamente relacionado à tradição da historiografia oficial que sempre se encantou com os aspectos externos da defesa de Portugal na América. Sendo que de acordo com José Honório Rodrigues essa historiografia oficial “[...] não podia ou não queria exaltar a obra feita contra ordens expressas da Coroa, por iniciativas de colonos, especialmente quando a seduzia a magnificência [...]” de batalhas como a que os portugueses travaram contra os holandeses no Brasil (RODRIGUES 1979, p. 115).

Assim, em Arthur Reis, a busca por uma verdade objetiva a partir da análise histórica do passado colonial amazônico, de acordo com Lademe Correia de Souza, foi influenciada pelo classicismo, tendo procurado julgar o passado a partir de sua intenção em responder perguntas intimamente relacionadas com

da SPVEA, como presidente deste órgão, nos anos 1950. Palestra que foi publicada com o título “A valorização da Amazônia e a cooperação técnica”, no livro *A Amazônia e a integridade do Brasil*, obra que teve sua primeira edição publicada em 1966, em Manaus.

a concepção que possuiu do presente. E neste sentido, pouco apreço devotou ao problema da imparcialidade já que seu objetivo foi o de “impor verdades” que visassem à consolidação de determinados “[...] valores ético-pedagógicos. A história que escreveu, assim como a de Varnhagen, tinha a liberdade de julgar os atos das personagens históricas à luz dos valores morais de sua contemporaneidade” (SOUZA 2009, p. 37-42). Vemos, assim, como passado e presente se iluminam constantemente, já que o olhar sobre a capacidade organizativa dos lusos não deixou também de projetar sobre eles o “espírito de modernização” de nosso intelectual (SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 108-109).

Para Pere Petit em sua obra *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas*, Arthur Reis sempre teria recorrido à história do Brasil para expressar suas preocupações concernentes ao processo de inserção da Amazônia no cenário nacional e internacional e, a partir disso, sua constante crítica à ausência do Estado brasileiro na região. Ainda segundo o autor, Arthur Reis tentou evidenciar como esse processo de inserção foi constantemente fragilizado, sobretudo após o período de predominância dos portugueses na região, devido aos interesses da iniciativa privada sempre terem prevalecido nas épocas da economia de extração da borracha. Arthur Reis entenderia que para “[...] corrigir essa omissão, o governo brasileiro deveria promover o desenvolvimento regional, através de uma política de substituição das importações, que visasse o redimensionamento da divisão – nacional – do trabalho entre as macrorregiões e estados brasileiros” (PETIT 2003, p. 75).

Como governador, no entanto, Arthur Reis também não deixou de reconhecer a influência que a capacidade organizativa dos lusos possuiu no sentido de forjar nos povos amazônico uma humanidade capaz de enfrentar o “[...] peso da fêrula negativa envolvente dos trópicos [...]” (REIS 1967, p. 15), que não demonstrou ser tão forte a ponto de esses povos terem simplesmente se submetido a ela. Ao contrário, demonstraram que um destino sobre os rigores de uma natureza quase indomável seria possível, devido ao fato de terem herdado a capacidade e o êxito dos colonizadores. Colonizadores, enfim, que efetivamente marcaram presença permanente na terra.

Mas o intelectual, como governador, também reconheceu que “o sentido de acampamento” a partir de uma economia predatória, não mais deveria continuar a prevalecer, já que essa situação continuava a impor à Amazônia a condição de exportadora de produtos primários. Condição herdada dos portugueses, mas aprofundada pelos brasileiros que passaram a desenvolver a economia da borracha. Sendo que o próprio intelectual, como governador, confessou que as raízes de muitas de suas ações à frente do Estado, para superação desse atraso econômico e social, deveram ao exame que procedeu desse passado de economia predatória, de forma que as transformações que conseguisse realizar no Amazonas deveriam fazer com que as novas gerações passassem a ter “[...] uma consciência mais firme e mais civicamente despertada [...]” para a continuação da tarefa que iniciou (REIS 1967, p. 15).

Pois bem, após essa exposição das relações entre o passado de glória dos colonizadores e o “espírito modernizador” de Arthur Reis, que tipo de verdade

pode-se encontrar por trás de sua visão sobre os portugueses e luso-brasileiros como precursores de um tipo de conduta ética e de dever moral que deveria inspirar o que o autor defendeu como as ações de intervenção do Estado brasileiro na Amazônia? De acordo com Angela de Castro Gomes, parte dos intelectuais da geração dos anos 1930 e 1940, que foi influenciada pelo que chamou de cultura política presente principalmente no Estado Novo, procurou cultivar o “espírito de uma nacionalidade” que seria fruto de um “constructo” formado a partir da “recuperação” e “valorização” dos méritos e deméritos do passado histórico (GOMES 2007, p. 52-55). Passado esse, entendido como um “manancial de inspiração” revelador de tradições, costumes, língua, religião, raça. Aspectos que reunidos forneceria condições para a construção do que seria uma consciência nacional.

Arthur Reis não foi diferente, procurou também expressar determinado “espírito de nacionalidade” em sua escrita, a partir do julgamento do passado colonial no sentido de encontrar nele certas verdades que poderiam estar contidas no empreendimento civilizatório realizado pelo branco colonizador para seus contemporâneos (SOUZA 2009, p. 43). Fato que revela, por outro lado, como a expressão desse nacionalismo se manifestou no sistema de interpretação histórica de Arthur Reis como valor, como princípio que alimentou o significado das “virtudes” inscritas nos feitos heroicos dos portugueses na Amazônia.

104

Neste sentido, a “ideia de nacionalidade” em Arthur Reis se assemelhou muito ao que Hayden White prescreveu para Leopold Von Ranke. Ou seja, como uma ideia em que os homens ou os povos poderiam ter como princípio fundamental para a própria organização do progresso constante das sociedades. Neste sentido, da mesma forma que a “ideia de nacionalidade” em Leopold Von Ranke não se apresentou apenas como um dado histórico, mas um valor, “um princípio em virtude” a que tudo na história poderia ser atribuído um significado (positivo ou negativo), vemos esse valor se manifestar de forma semelhante no sistema de interpretação histórica de Reis (WHITE 2008, p. 184).

Lademe Correia de Souza, por outro lado, em seu trabalho de análise sobre a escrita de Arthur Reis em *História do Amazonas*, deixou de anotar como as virtudes proferidas como heroicas por nosso autor, representariam, por outro lado, dentro da chamada “economia da mercê”, qualidades que deveriam ser reconhecidas pelos reis de Portugal através de uma “justiça distributiva” de condecorações, cargos e recursos materiais (BICALHO 2005, p. 21-23). Assim, a partir de estudos mais recentes sobre a cultura política do Antigo Regime na América Portuguesa, passou-se a se perceber que a expansão de territórios através da conquista dentro da cultura política do antigo regime português não seria apenas fruto de um espírito heroico, mas, sobretudo a partir do século XV, como uma qualidade representativa da disposição tanto da nobreza reinol como da nobreza das terras brasileiras em defenderem os interesses do rei de Portugal além-mar.

E neste sentido, por trás muitas vezes da motivação das ações heroicas de figuras como Bento Maciel Parente, Pedro de Teixeira e Jerônimo Fragoso de

Albuquerque, destacadas por Arthur Reis, estiveram mercês que receberam pelos serviços que prestaram através de suas conquistas bélicas (RAMINELLI 2006, p. 2-6). Dessa forma, os feitos heroicos dos portugueses e luso-brasileiros, em capítulos como "Portugal não cedeu nem ao meio nem aos concorrentes", foram representados também como expressões de virtudes provindas de um sentimento nacionalista já presente na Amazônia colonial. Sentimento nacionalista por trás das virtudes, que para o autor, foram responsáveis pela condução de uma série de programas visando a conquista e a dominação da terra. Sentimento, enfim, que deveria ser herdado pelos contemporâneos do autor de *A Amazônia e a cobiça internacional*, que representou em plena década de 1960, não só a reafirmação da filiação da obra dele à historiografia de Varnhagen e do IHGB, mas também incorporou a ideia de nacionalismo de Arthur Reis, que entendeu que esse sentimento percebido no passado não poderia deixar de estar por trás das ações dos agentes que estivessem à frente das medidas de intervenção do Estado brasileiro sobre a região.

A crítica à inação das elites locais e do Estado brasileiro no processo de integração da Amazônia

Se tivéssemos que definir um enredo para a narrativa de exaltação dos portugueses e luso-brasileiros, não só em *A Amazônica e a cobiça internacional*, mas também para obras como *A política de Portugal no vale amazônico* e *A Amazônia e a integridade do Brasil* poderíamos dizer que ele giraria em torno do tema¹² da heroica tenacidade desses povos em sua missão de defesa e conquista da Amazônia, a despeito de todas as intempéries e dificuldades que tiveram de enfrentar. Assim, a busca de uma historicidade possível para o tema acima exposto girou em torno da possibilidade que o mesmo possuiu (e isso demonstramos ao longo de todo nosso texto) em expressar uma "alma cívica" por parte dos colonizadores que, de acordo com Lademe Correia de Souza (2009, p. 43-45), deveria servir para a "nova geração" da terra de Arthur Reis.

Intenção que o próprio Arthur Reis confirmou em *A Amazônia e a integridade do Brasil*, nos anos 1960, ao afirmar que a criação do corpo físico amazônico foi fruto de uma participação cheia de interesses por parte dos antepassados. Tudo isso para que pudesse indicar aos seus "[...] possíveis leitores, em particular a mocidade do ensino médio e das universidades, todo o propósito de nossos antepassados para a integração da Amazônia ao patrimônio territorial e cultural do Brasil" (REIS 2001, p. 12).

No entanto, se nos reportarmos ao período pós-colonial retratado não só em *A Amazônia e a cobiça internacional*, mas também em obras como *A Amazônia e a integridade do Brasil*, tem-se uma representação da falta de confiança do autor em relação a uma efetiva tomada de posição da sociedade tradicional local

¹² Ou seja, de como o autor se utiliza desses recursos literários e históricos para construir "uma narrativa genérica" capaz de dar conta da explicação dos fatos relativos à sua história sobre a cobiça da Amazônia. Stephen Bann afirma que os recursos literários e históricos mobilizados pelos historiadores acabam por projetar significados secundários para a composição de "narrativas genéricas" ou "modelos conceituais" por trás das representações sobre o passado (BANN 1994, p. 63-77).

e do Estado brasileiro em retomarem a obra de defesa e integração que havia sido iniciada pelos colonizadores. Representação que se evidencia em capítulos como "A navegação do Amazonas", "Investimentos e concessão de terras", "O episódio da Hileia", entre outros, de *A Amazônia e a cobiça internacional*.

No capítulo "Investimentos e concessão de terras", por exemplo, Arthur Reis procurou denunciar o que seria a falta de iniciativa de parte das elites do Estado do Amazonas, a partir da década de 1920, em criarem alternativas a uma economia extrativista decadente. Situação tão lastimável que levou governadores como Rego Monteiro, em 1922, a tentar contrair empréstimos ao estrangeiro que colocariam em perigo a soberania brasileira sobre a região (REIS 1982, p. 136). Empréstimos, entretanto, que foram vetados pela União, já que diante das ingenuidades das classes dirigentes locais, evitou que "[...] não só se agravassem as condições dos Estados, cheios de compromissos no exterior, como se pusesse em perigo a própria soberania nacional nas regiões para onde se dirigissem esses capitais. [...]" (REIS 1982, p. 141).

Por outro lado, a representação da falta de confiança do autor em relação às posições do Estado brasileiro sobre a região, durante os anos 1950, se deu, sobretudo em capítulos como "O episódio da Hileia", de *A Amazônia e a cobiça internacional*. O autor sugere que a falta de consciência sobre a realística da natureza amazônica, dos obstáculos impostos por ela, foi o que fez com que o parlamento brasileiro e homens como Artur Bernardes impedissem a criação do Instituto da Hileia Amazônica,¹³ no final dos anos 1940. Projeto amplamente defendido por Arthur Reis em anos anteriores à escrita de *A Amazônia e a cobiça internacional*.

106

Arthur Reis ao narrar essa situação procurou desqualificar o motivo que teria levado ao impedimento da criação do Instituto. E nesse sentido procurou criticar, sobretudo o ex-presidente Artur Bernardes e os nacionalistas que o apoiaram, por terem se baseado de forma superficial no argumento de que a perspectiva internacional do Instituto poderia colocar em perigo a soberania brasileira na região (REIS 1982, p. 164-165). Fato que muito contrariava as reais intenções do Instituto, que para Arthur Reis teria a função de sensibilizar os homens que quisessem se debruçar sobre a realística da região de que "[...] a imensa planície cortada de caudais e recoberta de matas é um sistema vivo, em que os solos, águas, plantas, os animais, e o homem se integram numa vasta simbiose [...]" (REIS 1982, p. 156).

Neste sentido, para o autor de *A Amazônia e a Cobiça Internacional* atitudes como a de Arthur Bernardes e dos nacionalistas ligados a ele¹⁴ continuavam a impor sobre a região o não entendimento do problema amazônico a partir da plenitude acima discutida. Não entendimento que reduziu "[...] muitos dos seus

¹³ Esse Instituto teria como objeto a promoção, condução, coordenação e divulgação dos "[...] estudos sobre a mencionada zona geográfica, em que possuem território a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a França, a Grã-Bretanha, os Países Baixos, o Peru e a Venezuela. [...]" (REIS 1982, p. 156-160).

¹⁴ Barbosa Lima Sobrinho ao ter lido "O episódio da Hileia", nos anos 1960, afirmou que Arthur Reis não teria percebido ao criticar Artur Bernardes, que o ex-presidente contou com as orientações de certos membros das forças armadas para o combate à criação do Instituto da Hileia. Forças armadas que temiam pela interferência de potências estrangeiras na Amazônia, após a criação do citado órgão (SOBRINHO 1965).

mais ilustres estudiosos 'a geniais escrevedores de monografias', nos termos precisos do comentário de Euclides da Cunha [...]" (REIS 1982, p. 164-165).

Falta de confiança que também constatamos através da frustração presente em relato do autor quando esteve à frente do primeiro plano quinquenal da SPVEA. Comportamento, aliás, não estranho à frustração que setores da sociedade local amazonense e mesmo da Amazônia possuíram no tocante à espera de medidas federais que permitissem a redinamização econômica da região. Relato em que procurou denunciar, entre outras coisas, a imposição do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, em detrimento do Instituto da Hileia Amazônica, demonstrava a persistente falta de conhecimento e consciência dos "homens públicos nacionais" em relação à realística da região, já que essa substituição não corresponderia aos legítimos interesses nacionais sobre ela.

Vejamos, neste sentido, as palavras mais do que elucidativas da representação que o próprio Arthur Reis, nos anos 1960, realizou da expectativa que possuiu, nos anos 1950, em relação às posições do governo federal para a região:

Encerrado o conflito (a II Guerra Mundial), voltamos ao desinteresse mais intenso ou mais incisivo. As medidas descontinuadas que se decretaram não surtiram efeito de maior monta. Criou-se por determinação constitucional, uma Superintendência para o Plano Quinquenal que deveria executar-se para a valorização regional. Devo prestar um depoimento. Além de Getúlio Vargas, que presidia o Brasil, em nenhum homem público nacional com responsabilidade no governo, encontrei a menor ressonância. Se não havia má vontade, havia desinteresse, despreocupação, ignorância da matéria, falta de consciência de qualquer espécie. Toda sorte de obstáculos tive de enfrentar. Tudo se fez para que a Superintendência [do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA] falhasse, desmoralizando-se a iniciativa. Aconteceu o mesmo com relação ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, criado como resposta brasileira ao Instituto da Hileia, sugerido pelo Brasil, mas projetado para finalidades contrárias aos nossos mais legítimos interesses (REIS 1969, p. 302 *apud* SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 102).¹⁵

107

Para José Seráfico e Marcelo Seráfico, a constante crítica de Arthur Reis em relação a não continuidade das políticas do governo federal para a Amazônia, a falta de interesse, a não preocupação, a falta de conhecimento e de consciência por parte dos dirigentes do Estado brasileiro são representativos da forma como Arthur Reis compreendeu os "[...] limites da dinâmica do projeto de capitalismo nacional no que concernia à integração da região à nação [...]" (SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 102).

De acordo ainda com tais autores, esses limites foram engendrados pelo "[...] modelo de desenvolvimento orientado pela industrialização via estratégia de substituição de importações e fundado na política de massas, no dirigismo estatal e na política externa independente". Modelo que reservou para a

¹⁵ Quando governador, Arthur Reis também havia se queixado da antiga Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia. De acordo com ele, em 1967: "A contribuição da antiga SPVEA não foi ponderável. Os convênios firmados não nos ministraram recursos substanciais. Deve-nos aquele extinto órgão federal mais de oito bilhões de cruzeiros. Somente no período em que o dirigimos, o Amazonas recebeu integralmente os recursos que lhe haviam sido destinados" (REIS 1967, p. 27).

Amazônia “[...] uma posição secundária no processo de dinamização econômica que instaurou e no projeto de formação social que engendrou” (SERÁFICO; SERÁFICO 2005, p. 102).

Dessa forma e para encerrarmos essa parte, uma historicidade possível para a representação menos entusiasmada de nosso autor sobre as ações que os próprios brasileiros realizaram no sentido da defesa e integração da Amazônia ao restante do país deve ser buscada em obras como *A Amazônia e a cobiça internacional*, mas também, por exemplo, em outras como *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Neste sentido, a historicidade presente nessa representação expressou as relações que existiram entre, de um lado, a crítica que o autor realizou no tocante à inação das elites locais no processo de superação do atraso econômico e social e às políticas historicamente descontinuas do Estado brasileiro para a Amazônia; e, de outro lado, a própria experiência de desilusão que o autor teve ao estar à frente de órgãos de governo que efetivamente não contaram com o apoio das forças sociais acima citadas, durante os anos 1950.

A impressão que se tem é que para Arthur Reis faltaria às elites locais como ao Estado brasileiro o espírito cívico necessário à superação das adversidades visando o desenvolvimento da região, que os portugueses haviam tido no passado. Representação, enfim, que evidenciamos acima em capítulos como “Investimentos e concessão de terras” e o “Episódio da Hileia” de *A Amazônia e a cobiça internacional*.

108

À guisa de conclusão, pode-se dizer que foi através de um enredo heroico elaborado a partir de enunciados que procuraram valorizar a forma como os portugueses e luso-brasileiros enfrentaram, com absoluta tenacidade, as incertezas, a superação das dificuldades e expulsão dos estrangeiros, que o autor dotou sua consciência de instrumentos capazes de organizar os fatos relativos às ações históricas de defesa do território amazônico em seus relatos. Arthur Reis, neste sentido, promoveu em sua história um enredo dramático que constantemente pôs à prova os poderes espirituais e morais dos portugueses e luso-brasileiros diante do meio hostil amazônico e contra as adversidades impostas pelos estrangeiros. Enredo, enfim, que foi capaz de constituir as cores formadoras de sua denúncia sobre a situação da Amazônia colonial, como a denúncia de um intelectual nacionalista que pretendeu demonstrar como as ações passadas dos colonizadores na região teriam muito a ensinar sobre a continuação do processo de integração da Amazônia, nos anos 1960.

Referências bibliográficas

A HILEIA redescoberta. **Correio Brasiliense**, Brasília, 18 nov. 1983. Hemeroteca Arthur César Reis. Disponível em: http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acesso em 23 mai. 2008.

BANN, Stephen. **As invenções da história**: ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Edunesp, 1994.

- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do antigo regime. **Almanaque brasileiro**, São Paulo, n. 2, p. 21-34, nov. 2005. Disponível em: <http://www.almanack.usp.br/PDFS/2/almanack.pdf>. Acesso em: 27 de abr. 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Global Editora: São Paulo, 2006.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- IANNI, Otávio. **Ditadura e agricultura**: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MOTA, Carlos Guilherme. José Honório Rodrigues: a obra inacabada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.2 n.3, p. 107-110, set./dez, 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000300008. Acesso em: 14 de agosto de 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. In: Simpósio Nacional de História, 20, 1999; Florianópolis. **Anais...** São Paulo: Humanitas/USP: 1999, vol. 2, p. 819-829.
- RAMINELLI, Ronald. Mameluco, paulista e cavaleiro da ordem de cristo In: Simpósio Regional de História – ANPUH: Usos do passado, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH/UFF, 2006, p. 01-08. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view>. Acesso em: 27 de abr. 2012.
- REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Suframa, 1982.
- _____. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001.
- _____. **Como governei o Amazonas**. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação do Governo do Amazonas, 1967.
- RODRIGUES, José Honório. **História da historiografia do Brasil**: historiografia colonial. São Paulo: Editora Nacional, 1979.
- SANTIAGO, Silviano. A Amazônia e a cobiça internacional. Arthur Cezar F. Reis (1960): o recorrente olhar de desejo dos estrangeiros. **O Brasil das Letras**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/ilb/BrasilDasLetras/index.html>. Acesso em: 17 nov. 2011.
- SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. **Estudos avançados**. São Paulo, v.19, n.54, p. 99-113, mai/

ago. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000200006&script=sci_arttext. Acesso em: 23 jun. 2012.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O publicista, o governador e a Amazônia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 mai. 1965. Hemeroteca Arthur César Reis. Disponível em: http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acesso em: 23 mai. 2008.

SOUZA, Lademe Correia de. **Arthur Reis e a história do Amazonas: um começo em grande estilo**. 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **Euclides da Cunha e o paraíso perdido**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.